

FACULDADE EDUFOR  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**NEIDE FARIAS DA SILVA DOS SANTOS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG NAVE EM SÃO LUÍS/MA**

---



São Luís

2021

**NEIDE FARIAS DA SILVA DOS SANTOS**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG NAVE EM SÃO LUÍS/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Edufor, como requisito obrigatório para obtenção de título Bacharelado em Serviço Social.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup> Izamara Nunes Sousa

São Luís

2021

S237a Santos, Neide Farias da Silva dos

A atuação do assistente social na ONG NAVE em São Luís/MA / Neide Farias da Silva dos Santos. — São Luís: Faculdade Edufor, 2021.

45f.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2021.

Orientador(a): Ma. Izamara Nunes Sousa

1. Assistente social. 2. Terceiro setor. 3. ONG NAVE. 4. Atuação I.  
Título.

**NEIDE FARIAS DA SILVA DOS SANTOS**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG NAVE EM SÃO LUÍS/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade Edufor (EDUFOR), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

São Luís/MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Izamara Nunes Sousa  
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial (UEMA)  
Orientador

---

Profa. Enaire de Maria Sousa da Silva  
Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)

---

Prof. Gabriel Nava Lima  
Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UNIDERP)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, saúde e por me dá forças para ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Ao meu esposo Jorge, que além de cuidar da manutenção do lar, enquanto eu permanecia ocupada com este projeto, foi capaz de me incentivar todos os dias. Grata por me ajudar a realizar este sonho.

À minha mãe Maria, cujo empenho em me educar sempre veio em primeiro lugar, apesar de pouco tempo, aqui estão os resultados dos seus esforços. Com muita gratidão, te amo.

A todos os meus amigos de curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, em especial Valdirene, Jeane, Márcia, Rutilene e João.

À minha orientadora Izamara, pela sua dedicação e paciência durante a construção deste trabalho.

À minha coordenadora de curso Christiane, que através da sua incansável luta e competência, me proporcionou quatro anos de formação acadêmica diferenciada e de qualidade.

Agradeço ao corpo docente do curso, em especial Enaire, Lília e Izamara professora e orientadora, que sempre estiveram dispostas a contribuir para um melhor aprendizado.

Agradeço a Faculdade Edufor, por disponibilizar as ferramentas necessárias que me permitiram chegar hoje ao final desse ciclo de maneira satisfatória.

À instituição ONG NAVE, em especial a Rebeca Alexandre, pelo espaço e por me disponibilizar fontes de pesquisas e a coleta de dados essenciais para a construção deste trabalho, gratidão.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho, o meu muito obrigada!

## RESUMO

Este estudo de cunho descritivo e caráter qualitativo trata-se de um trabalho para conclusão de curso, que objetivou discutir um conjunto estrutural de mudanças no âmbito social, político e econômico a partir da reestruturação produtiva do capital e a ascensão do neoliberalismo, o que ocasionou a emergência expressiva de organizações não governamentais. Tendo em vista o contexto de repilantropização e mercantilização do atendimento às necessidades sociais, as expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social, tornam-se instrumento de práticas ante associadas à caridade, a benesse e ao trabalho voluntário. Nesse sentido, as ONGs se expandem como espaço sócio-ocupacional para a categoria profissional de assistentes sociais e imprimem peculiaridades, limites e constantes desafios. Assim, buscou-se elucidar o cotidiano de atuação do assistente social na ONG NAVE, organização que compõe o terceiro setor e atua na capital do Maranhão, São Luís. A pesquisa bibliográfica apoiou-se em referenciais marxistas e a teoria social crítica se fez presente em toda a análise e contextualização do estudo. Além disso, realizou-se coleta de dados a partir de uma entrevista semiestruturada para conhecer as particularidades da atuação do assistente social na organização, ressaltando aspectos relacionados à dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica de seu exercício profissional.

**Palavras-Chave:** assistente social; terceiro setor; ONG NAVE; atuação.

## ABSTRACT

This descriptive and qualitative study is an end-of-course assignment, which aimed to discuss a structural set of changes in the social, political and economic sphere from the productive restructuring of capital and the rise of neoliberalism, which caused the significant emergence of non-governmental organizations. Considering the context of repilantropization and mercantilization of the attention to social needs, the expressions of the social issue, object of the social worker's work, become instruments of practices associated with charity, benevolence, and volunteer work. In this sense, NGOs have expanded as a social-occupational space for the professional category of social workers, and they imprint peculiarities, limits, and constant challenges. Thus, we sought to elucidate the daily activities of social workers in the NGO NAVE, an organization that is part of the third sector and operates in the capital of Maranhão, São Luís. The bibliographical research was based on Marxist references and the critical social theory was present throughout the analysis and contextualization of the study. In addition, data was collected from a semi-structured interview to know the particularities of the social worker's work in the organization, emphasizing aspects related to the ethical-political, technical-operational, and theoretical-methodological dimensions of their professional practice.

**Keywords:** social worker; third sector; ONG NAVE; performance.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Art.</b>	Artigo
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CNSS</b>	Conselho Nacional de Serviço Social
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MROSC</b>	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
<b>NAVE</b>	Natureza, Arte, Vida e Educação
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSCIP</b>	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PDRE</b>	Plano Diretor da Reforma do Estado
<b>PEPSS</b>	Projeto Ético Político do Serviço Social



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>QUADRO 01</b> – Linha de tempo do terceiro setor do Brasil.....	20
<b>FIGURA 01</b> – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.....	22

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR E O FENÔMENO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL.....	14
2.2 O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	24
<b>3 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG NAVE EM SÃO LUÍS/MA.....</b>	<b>31</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
APÊNDICE.....	43

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, é sabido que o Serviço Social atua diretamente nas expressões de seu objeto de trabalho, a questão social. No Brasil, essas expressões se dimensionam pela expansão do capitalismo monopolista. Nesse sentido, é essencial que o trabalho do assistente social seja compreendido estruturalmente à ordem societária vigente, direcionando essa reflexão para aprofundar o debate acerca de como as organizações do terceiro setor, como as ONGs, passam a demandar assistentes sociais.

Por isso, o presente trabalho tem como temática central: “A atuação do assistente social na ONG NAVE em São Luís/MA”, buscando compreender como se consolida a atuação desses profissionais nesse espaço sócio-ocupacional de contradição no fazer profissional: de um lado, atua junto à transformação da vida de pessoas com o intuito de garantir direitos sociais; de outro, contribui para que o Estado não se responsabilize por algo que, sem dúvidas, é de seu encargo.

O termo “terceiro setor” é alvo de intensas discussões no campo das ciências sociais aplicadas, inclusive no contexto do Serviço Social. Na contemporaneidade, é objeto de constantes ressalvas e até críticas contundentes. Dessa afirmação, fica explícito que não há uma homogeneidade em sua composição, tampouco equilíbrio teórico na esfera da produção de conhecimento.

Dessa forma, visando um alinhamento de acordo com os meus objetivos conceituais, destaquei os principais pontos de características sobre a temática, com destaque ao conceito e história do terceiro setor sustentado pelo ideário neoliberal, o qual deve ser debatido tendo em vista o que a categoria de Serviço Social, desde sua aproximação com a teoria social crítica, assume um compromisso crítico com sua análise da realidade social.

O terceiro setor é formado por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, que se revestem de caráter público, criadas e mantidas pela ênfase da participação voluntária, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade onde “a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado” (RODRIGUES, 1998, p. 31).

Nesse sentido, se o Estado e o mercado estão fora da lógica do terceiro setor e, portanto, são esferas distintas, eles devem se apresentar em campos ideologicamente, politicamente e economicamente particulares frente sua atuação na sociedade. Sendo assim, cabe reservar o Estado ao primeiro setor, o mercado ao segundo setor e, enfim, as organizações da sociedade civil como sendo o terceiro setor.

No Brasil, essas ações derivadas dessas organizações ganham força e notoriedade a partir do início da década de 1990, no contexto da contrarreforma do Estado e da redefinição de responsabilidades estatais diante do público. O oportuno crescimento da adesão dos países ao neoliberalismo, (re)configurou o capitalismo mundial e impôs o enfraquecimento da intervenção do Estado na participação pública.

A década de 1990, “delineou novos contornos para o mercado de trabalho do assistente social, com novas atribuições, funções, bem como requisitos e habilidades, sob novas condições e relações de trabalho com incidências sobre a autonomia profissional” (ALENCAR, 2009, p. 01).

É notável que nesse espaço ocupacional polêmico, de contraditórias interpretações e concepções, reflete-se interesses em conflito. Por isso, o assistente social foi demandado a atuar de uma forma que, em comum, contemplam ações pontuais e o desenvolvimento de atividades que variam entre a efetivação de direitos, filantropia e interesses mercadológicos. Dessa atuação, o Estado é colocado como mero expectador das políticas sociais, agravando as condições do enfrentamento das desigualdades sociais próprias do sistema capitalista.

A proposta deste trabalho de conclusão de curso conduziu-se em refletir essas condições do trabalho do assistente social em uma organização do terceiro setor, apreendendo as determinações impostas pelo vínculo empregatício, além de sua articulação para desenvolver seu trabalho no espaço. Para isso, suscitamos aqui importantes reflexões, buscando conhecer o fundamento político do exercício profissional do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, como que o assistente social intervém sobre suas demandas, quais as principais inflexões empíricas de sua atuação e como o profissional percebe, elabora e concretiza seu trabalho dentro da organização. Além disso, existem outras problemáticas que se sucedem e vão de encontro aos meus objetivos de estudo e pesquisa neste trabalho.

Considera-se que este trabalho se justifica pelo espaço oportuno e de suma importância ao meio acadêmico, por se tratar de uma discussão onde os sujeitos da universidade com a produção de conhecimento podem alinhar o fazer profissional aos conhecimentos teóricos e à prática empírica das informações coletadas e dá um aspecto relevante a pesquisa a medida em que ela se propõe contribuir na produção de novos conhecimentos e ideais de como se engajar no contexto do terceiro setor junto à área de atuação do assistente social unido à sociedade civil organizada.

Todo esse processo me levou a refletir sobre a importante contribuição do tema para o Serviço Social, pois é uma área de pesquisa ainda em desenvolvimento nos programas das universidades, mas devido ao aumento das organizações do terceiro setor a partir da década de

90, o debate tem despertado o interesse de acadêmicos, pesquisadores e diversos outros públicos. A escolha dessa linha de pesquisa vem de uma afeição adquirida ainda quando tive a oportunidade de estagiar na organização estudada por esta pesquisa. Na experiência, consegui desenvolver expressivas percepções sobre a atuação do assistente social no espaço e um relevante amadurecimento teórico dessa esfera das organizações da sociedade civil e como atuam.

O objetivo principal da pesquisa é identificar o papel e a prática do assistente social na ONG NAVE, tendo autonomia e conhecimento dos recursos que dão embasamento as suas ações e seu cotidiano profissional. Assim, buscando compreender seus instrumentos de intervenção, para o contexto da gestão de projetos, é possível apreender o impacto dessas organizações na vida dos indivíduos, contribuindo para o acesso à direitos muita das vezes renegados pelo Estado.

Além disso, busca-se destacar a relação da atuação do profissional no espaço com sua ética profissional, em sintonia com o compromisso e a justiça social, estabelecido pelo Código de Ética do Assistente Social, que atuam junto às políticas sociais em diversos espaços sócio-ocupacionais. Levando em conta ainda, as particularidades do exercício profissional do assistente social na ONG, juntamente à dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa de sua prática.

Objetivou-se ainda refletir sobre o cotidiano profissional do assistente social, equiparado às suas demandas e estratégias de intervenção, no intuito de refletir sobre o processamento do trabalho desenvolvido na organização e sua relação com a categoria profissional, destacando a percepção do profissional quanto ao seu espaço de trabalho.

A partir das definições desse estudo, adotou-se um referencial teórico que deu base para a compreensão dos objetivos da pesquisa. Para isso foram utilizados autores clássicos da crítica social e que debatem a categoria “terceiro setor” no Serviço Social e nas ciências no geral, à nível nacional e global.

Partindo do pressuposto que na atuação do assistente social é impossível pensa-la fora da realidade em que está posta, optou-se por fazer uso da pesquisa qualitativa pela inquietação em compreender as relações sociais, os sujeitos que a envolvem, as vivências e as particularidades no cotidiano da atuação dos participantes da pesquisa. Pois, “pesquisar na perspectiva qualitativa é uma opção política fundamentada em nosso projeto ético-político na perspectiva de emancipação dos participantes da pesquisa” (MARTINELLI, 2005, p. 120).

A estrutura do trabalho está organizada em duas etapas. Na primeira, discorreremos sobre a emergência do terceiro setor sustentado pelo neoliberalismo e sua relação ascendente com o

Serviço Social. Para isso, foram utilizados diferentes tipos de estudo, os quais incluem pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, documentos publicados pelas principais revistas e instituições de ensino superior sobre a composição do terceiro setor no Brasil. O site do google acadêmico também contribuiu para um mapeamento geral dos trabalhos nessa área.

É correto que toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes. Pois, “esse material é útil não só por trazer conhecimentos que servem como background [...] como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode ainda sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 157).

A metodologia deste trabalho possui natureza de cunho exploratória, com o objetivo de oferecer uma visão geral sobre o tema a partir de diferentes técnicas. Foi realizado um levantamento bibliográfico, como mencionado previamente, além do levantamento de dados qualitativos e entrevistas com um profissional da área. Ademais, na pesquisa de campo, foi aplicado um questionário situacional para obter um diagnóstico mais preciso dos pontos positivos e negativos acerca do desenvolvimento das ações e projetos que são elaborados e executados pela ONG NAVE.

Nesse sentido, acredita-se que o resultado final da pesquisa contempla um processo singular, mas não se aproxima de uma conclusão final. Assim sendo, está aberta a novas inquietações no universo dos significados e interpretações ora similares, ora diferentes. É disso que se movimenta o debate de ideias e a troca de conhecimento.

Este trabalho tá dividido em dois capítulos. No primeiro, há aproximações históricas e conceituais do terceiro setor e sua relação com o contexto nacional contemporâneo, conseqüentemente, sua relação com o Serviço Social. No segundo capítulo, foram abordados a coleta de dados empíricos da entrevista com uma assistente social da ONG NAVE, ressaltando os principais aspectos de sua atuação, os projetos e ações que atua, sendo esses fundamentais para constatar a hipótese e as evidências do objeto de estudo.

## 2 TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL

Nesse capítulo, discutimos a ascensão do terceiro setor, seu conceito e as principais características que nos remetem a história. Após isso, desenvolve-se uma discussão sobre a relação do Serviço Social com esse setor da sociedade, refletindo sobre o surgimento desse novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social com exigentes demandas e reflexões cotidianas.

Fazendo um resgate histórico, iremos entender como que essas organizações surgiram e à complexidade do contexto histórico recente. Isso irá se traduzir sob “as novas mediações históricas na gênese e expressões da questão social, assim como nas formas até então vigentes, de seu enfrentamento, seja por parte da sociedade civil organizada ou do Estado” (IAMAMOTO, 2003, p. 112). Ou seja, para pensar o Brasil capitalista na atualidade é necessário voltar ao peso de um passado colonial, fruto do escravagismo e do desenvolvimento igual e combinado de uma “[...] formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios” (IANNI, 2004, p. 54).

Assim, o pensamento marxiano acerca da concepção da sociedade civil e de Estado se propõe a identificar os elementos que determinam sua constituição na sociedade capitalista. Para isso, a própria crítica de Karl Marx ao pensamento hegeliano sobre a filosofia do direito vai refletir nas bases para formação crítica da análise sobre a sociedade civil e do Estado na tradição marxista, uma vez que:

[...] Marx empreende a crítica social, apoiado na compreensão de que a relação entre Estado e Sociedade Civil é uma relação essencialmente dialética, diferentemente da posição de Hegel, que sustenta a ideia de que existe uma concepção orgânica entre Estado e Sociedade Civil (AMARAL, 2010, p. 78).

Nesse sentido, para o marxismo a sociedade civil é a base que dá sustentação econômica para esfera da produção e reprodução da vida material, o Estado não representa, portanto, a universalização do interesse hegemônico da sociedade civil, visto que ele representa apenas o interesse de uma classe – a dominante.

Muito se falou sobre a sociedade civil, a qual se permite entender não só a uma sociedade moderna, mas como a sua função contribui para o desenvolvimento de uma nova concepção de Estado, trata-se de um:

[...] espaço em que se manifesta a organização e representação dos interesses dos diferentes grupos sociais (associações e organizações, sindicatos, partidos, etc.), esfera de elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias (atividades culturais, meios de comunicação, etc.), que tornam ou não conscientes os conflitos e as contradições sociais. É uma das esferas sociais em que as classes organizam e

defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe (DURIGUETTO, 2005, p. 84).

Portanto, essa foi a base de orientação na escrita desse capítulo, expressa sobre as relações sociais que reproduzem interesses em confronto na sociedade, refletindo sobre o terceiro setor e os impactos do capitalismo contemporâneo, onde a atuação do assistente social media o terreno de disputas entre capital e trabalho, vivenciando alterações significativas que complexificam os espaços de atuação.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR E O FENÔMENO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

O terceiro setor, cuja expressão vem do inglês *third sector* o qual faz parte do vocabulário sociológico corrente nos EUA, corresponde as entidades e organizações diversas denominando-se a partir da dicotomia público/privado e sem fins lucrativos. “Como se vê, não é uma expressão neutra, tem uma nacionalidade clara [...] onde o associativismo e o voluntarismo fazem parte da cultura política, baseada no individualismo liberal” (MONTAÑO, 2002, p. 34).

A primeira manifestação do terceiro setor no Brasil foi no período colonial, no século XVI, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos no ano de 1543. De cunho assistencial e hospitalar, a instituição foi uma das primeiras expressões de filantropia e caridade, fundamentadas sobre valores cristãos. No século XX, a construção do termo “terceiro setor” ficou bem mais discutida, tendo em vista que trazia uma relação de oposição ao Estado. Em 1940, o termo ONG é discutido pela primeira vez pela ONU.

Com a crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, uma clássica evidência da sucessão de crises do sistema, a expansão do capitalismo é interrompida por um cenário de superprodução. No entanto, compreende-se que a crise no capitalismo não é um acidente, ao revés “a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO, 2006, p. 157).

A crise capitalista aparece inversamente à crise pré-capitalista, como superprodução de valores de uso - mais precisamente: não há insuficiência na produção de bens, não há carências de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção (NETTO; BRAZ, 2006, p. 158).



Para compreender o que culminou essa crise de superprodução, é necessário voltar ao Estado Keynesiano. O início do século XX, entre os anos de 1914/15, a bolsa de valores de Nova York é marcada por uma profunda crise, sendo consequência das duas grandes guerras mundiais. Os pressupostos liberais do século XIX começam a serem questionados pela liberdade ao Mercado, o que resultou na Grande Depressão de 1929.

Nesse contexto, após duas grandes guerras e uma grave crise da bolsa de valores de Nova Iorque, somente o Estado teria condições de arcar com os custos para a recuperação econômica e social do sistema capitalista. As grandes tensões entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores originou uma série de disfunções no sistema, e o Estado teve que abandonar seu papel de guardião do mercado, para intervir precisamente na sua regulamentação. (RAMIRÉZ, 2015, p. 23)

No contexto do Brasil, especificamente no governo de Getúlio Vargas, o Estado passa a formular e implementar políticas sociais, e conta com a parceria de ONG's. Em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) com o intuito de estabelecer que as instituições que estiverem inscritas podem receber subsídios do governo federal. Na década de 1950, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) prevaleceu nos países capitalistas centrais. Nessa fase, com destaque ao pós-guerra, os Estados assumem essa postura responsável, regulador, para as questões estratégicas de desenvolvimento.

Seus traços marcantes estão no papel desempenhado pelos fundos públicos no financiamento da reprodução da força de trabalho e do próprio capital, na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de políticas sociais (educação, saúde, previdência, etc.) e na expansão do consumo de massa, padronizado, de bens e serviços coletivos (VIANNA, 2000, p. 18).

É característico da época que o Estado destinasse a maior parte do orçamento para a seguridade social (HARVEY, 2005, p. 98). O foco dos países centrais nesse período era assegurar o pleno emprego e conter o avanço do comunismo (HOBSBAWM, 1995).

[...] o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. (HARVEY, 2005, p. 20)

No regime militar brasileiro, o terceiro setor intensifica sua mobilização na sociedade, com a união de alguns segmentos como os movimentos sociais, organizações filantrópicas e assistenciais e organizações comunitárias.

O fim do fordismo-keynesianismo vigorou no início da década de 1970. Na época, as condições de acumulação entraram em crise e o sistema começou-se a esgotar considerando as baixas taxas de lucro e pela alta inflação agravada pelas crises do petróleo (HARVEY, 2005).

[...] após décadas de crescimento econômico com altas taxas de lucro, a “ilusão dos ‘anos dourados’ é enterrada em 1974-1975, num processo inédito no pós-guerra, registra-se, então, uma recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas e a que se seguiu outra recessão, em 1980-1982. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 214)

Para Netto (1995), a crise do Estado Keynesiano serviu para os que apoiassem o Estado mínimo, criticarem o Estado interventor como aquele que contribuiu para o crescimento econômico e ao mesmo tempo promovesse bem-estar social. O Estado Keynesiano, portanto, já não era mais interessante para a classe elitista. Mais uma vez, era preciso se articular para que a burguesia, dado seus privilégios, implementasse alguma mudança no sistema para manutenção e conservação da ordem capitalista.

Nesse contexto, o neoliberalismo começa a se expandir em inúmeros países. Com esse advento de um novo pensamento político-econômico “a ênfase deixa de ser o consumidor e passa a ser a diminuição de custos e a flexibilização da produção [...] e este é o motivo pelo qual a aposta recai na defesa da liberdade de mercado e não participação do Estado” (MONTAÑO, 1999, p. 56). A desregulação, o movimento de privatizações, reformas previdenciárias, orçamentárias e assim como a expansão do terceiro setor são marcas da lógica neoliberal de minimização do Estado.

O terceiro setor surge, nesse contexto, para preencher uma lacuna deixada pelo Estado, sendo uma forma de filantropia no trato da questão social, onde as organizações e entidades tomam para si a responsabilidade social de atender as pessoas menos favorecidas no intuito de combater as múltiplas expressões da questão social.

Com a hegemonia neoliberal se fortalecendo em todo o mundo, a princípio nos países do norte, no início da década de 1980 ela chega aos países do sul trazida por grandes organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que estimula uma agenda de obediência econômica aos países subdesenvolvidos e orienta que seguissem sua cartilha de orientações para reforma administrativa, econômica e social.

Sob a cartilha do neoliberalismo, o Estado torna-se o responsável pela crise que pairava e impedia o desenvolvimento da economia mundial, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Por isso, seria necessária uma reforma para alcançar o ajuste fiscal, o redirecionamento das atividades produtivas e garantir, com a abertura comercial, o crescimento econômico nacional (SILVA, 2013, p. 64).

No Brasil, desde o início da década de 1990, o projeto neoliberal desencadeia mudanças estruturais com a reforma administrativa na medida em que se reconfigura o Estado, tratando-o como ineficiente e colocando o mercado como instância majoritária. Nesse período, como afirma Peroni (2003) “o Estado continua extremamente presente, e mais, como Estado máximo para o capital, cada vez mais, descentralizando as políticas com grande focalização e desmonte”. Assim, a reconstrução do papel do Estado foi um dos pontos cruciais pautados pelo neoliberalismo, a fim de manter a intervenção mais reduzida e reduzir as falhas do mercado, propondo, inclusive:

[...] redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial [...] que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento (PEREIRA, 1997, p. 17).

No entanto, sabe-se que o objetivo maior desse desmonte do Estado não foi só uma reestruturação administrativo-institucional, mas um ajuste estrutural que garantisse a reestruturação produtiva, à retomada das elevadas taxas de lucro, da ampliação da hegemonia política e ideológica do grande capital (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010).

Com o ajuste neoliberal, preconiza-se a defesa do livre mercado, a desregulamentação da economia e da administração, a configuração do Estado mínimo, porém máximo para o capital (NETTO, 1993). Ele ainda vai ressaltar que a direção desse processo econômico e político visa rejeitar o compromisso público com o investimento e a distribuição de renda, “pretende libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia”.

[...] a “funcionalidade” do mercado livre abre-se para um “projeto societário global” em que a liberdade tem como salvaguarda “a propriedade privada e o mercado de concorrência” [...] a proposta neoliberal centra-se na inteira despolitização das relações sociais: qualquer regulação política do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio. (NETTO, 1993, p. 78-80)

Dessa forma, é que o mercado que vai legitimar o Estado, onde o capital vai regular os interesses privados e desconstruir a racionalidade que se constitui como “obstáculos” às atuais tendências da acumulação em escala planetária (ABREU, 1999). Nesse contexto, modificam-se as relações entre Estado e sociedade, bem como entre o capital e o trabalho, onde “o Estado perdeu o seu papel promotor e articulador do desenvolvimento econômico e social, tornando-se um agente estimulador do grande capital por meio do fortalecimento da autorregulação do mercado” (ALENCAR, 2009, p. 06). Essas fortes tendências implicam no surgimento das novas formas de gestão pública das políticas sociais, onde podemos destacar:

[...] transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico de “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elementos que aglutinam sujeitos diferenciados, [...] a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que se desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas as suas necessidades sociais. (ALENCAR, 2009, p. 07)

Diante disso, o terceiro setor emerge sob as contradições da realidade social. Montaño (2002) afirma que nesse processo a setorialização da realidade social divide-se por uma segmentação onde as políticas sociais são privatizadas, o que gera os processos de remercantilização dos serviços sociais e a refilantropização das respostas à questão social, além disso resulta na focalização do atendimento e na implantação descoordenada de programas sociais, dada a ausência de coordenação das políticas sociais no Brasil. Essa refilantropização e remercantillização é definida por Montaño (2014, p. 196-197) como:

a) re-mercantilização dos serviços sociais. Estes, enquanto lucrativos, são transferidos para o mercado e vendidos aos consumidores, como uma nova maneira de apropriação da mais-valia dos trabalhadores. Isto conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”, o “cidadão-cliente”; b) re-filantropização das respostas à “questão social”, de modo que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal e também não terão condições de acesso ao segmento privado, transfere-se para o segmento da “sociedade civil”. Assim, o “terceiro setor” passa a atender a população denominada aqui de “excluída” ou “parcialmente integrada”.

Assim, no contexto neoliberal, a sociedade civil abandona a posição de correlações de forças em busca da hegemonia e passa a ser um ambiente “harmônico” em que todos se ajudam através da solidariedade, sem intervir nas decisões que perpassam o Estado. As ONGs, inseridas nessa concepção ideológica, servem para consolidar o projeto harmônico e solidário através do trabalho voluntário, atendendo aos mais vulnerabilizados, já que o Estado e o mercado não têm interesse em intervir. No entanto, Montaño (2010, p. 227) afirma que não se trata de “não ter interesse em intervir” e sim uma estratégia fundamentalmente política e ideológica, que se vislumbra como uma estratégia para:

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas malezas que afetam a população; e de autoajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

O fenômeno das organizações não governamentais não é algo relativamente recente na história das relações sociais, como foi evidenciado. Apesar disso, as primeiras formas de institucionalização das atividades das ONGs têm impulso na década de 1970/1980 no Brasil,

que só será reconhecida sob bases organizacional e política a partir da década de 1990 como “ONG”.

O termo “ONG” passou a ser utilizado no final da década de 1980 e principalmente na década de 1990, quando essas “novas” organizações passam a ocupar a mídia nacional e os grandes eventos nacionais e internacionais, com destaque para amenização do subdesenvolvimento humano – pobreza, analfabetismo, epidemias, entre outros – principalmente em relação ao desenvolvimento ambiental sustentável (SILVA, 2013, p. 47).

No Brasil, essas organizações vão nascer sob a estrutura de centros de educação popular em uma realidade organizada para assessorar “grupos de base” em que existe uma condição de invisibilidade social. No entanto, não se imaginava que essas iniciativas fossem destinadas ao longo prazo (LANDIM, 1994).

No início da década de 1990, já se identificava a existência de ONGs em diversos âmbitos, destaca-se: ecologia, mulheres, direitos humanos, negros, índios, pessoas com HIV/AIDS, dentre outros. Essas organizações passam a orientar o monopólio da sigla e começam a ter visibilidade e popularidade no país.

[...] as organizações passam a ter visibilidade no país, no final dos anos 1980, como entidades civis militantes, de caráter não partidário, ligadas a movimentos sindicais e sociais diversos, com afinidades com a política de oposição governamental a polos partidários e sindicais e com determinadas alas da Igreja. [...] as organizações a serviço dos movimentos populares foram as primeiras a se autoidentificar e construir uma concepção sobre o que é ser uma ONG no Brasil e a sua legitimação (SILVA, 2013, p. 48).

Havia, portanto, um conjunto diverso de organizações com ideologias e direcionamentos muitas vezes ambíguos. No período do final de 1980, se iniciou um processo de catalogação dessas entidades no objetivo de “[...] criar identidades entre conjuntos de organizações que, em grande parte, não nasceram “ONG”, mas foram intituladas como tal” (LADIM, 1993, p. 40).

[...] nessa direção, constituíram-se algumas características do que as reconheceria socialmente, atreladas a uma polissemia do termo, na busca de visibilidade, e que poderia contribuir para o reconhecimento e o acesso simbólico ou material dessas organizações. Buscaram demarcar sua distinção em relação ao campo das iniciativas “assistenciais” ou “filantrópicas”, como orfanatos, asilos ou abrigos, marcada pela ambiguidade entre “ONG” e “movimento”, na autopercepção e na classificação [...] dessas identificações (SILVA, 2013, p. 48).

Nessa conjuntura, inserem-se os centros populares, cuja organização era majoritariamente ligada a pessoas e movimentos políticos que contestavam a ditadura militar, anistiados, marxistas, estudantes, dentre outros.

[...] os centros vão-se então transformar a partir de um determinado caminho que tira seus agentes de uma relação privilegiada com o campo religioso e da assistência social para os inserir, nos finais da década de 70, no campo dos movimentos sociais e sindicais, acompanhando de perto determinadas mudanças de conjuntura do país. Optam por assumir uma certa posição no campo da política (claro, no polo por onde transita também a Igreja Popular) [...] “coladas” aos movimentos sociais (LANDIM, 1993, p. 106).

É importante ressaltar que essas organizações se estruturavam em meio aos regimes ditatoriais que controlavam os meios legais. Desse modo, conseguem ocupar um âmbito comunitário, mantendo uma dinâmica oposta ao regime político e social da época. Ou seja, assumem um novo papel representativo daqueles que não teriam condições políticas para militar e passam a se organizar diante dessas organizações da sociedade civil.

Na década de 1970, foram identificadas algumas organizações que já assumiam uma direção ideológica de atuação perante a articulação e espaços para a construção de uma integração dessas organizações, tanto a nível nacional como internacional. Um desses encontros foi o Ad-Hoc, em 1972, o qual estabeleceu parâmetros para a compreensão das ONGs. Em 1986, foi realizado no Rio de Janeiro o Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros, cujo perfilar os espaços de atuação das organizações (LANDIM, 1993).

Com a década de 1990, se ampliou a visibilidade e o fortalecimento dessas organizações. Em 1991, acontece no Rio de Janeiro o Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências das Nações Unidas, com mais de 100 organizações brasileiras e algumas do exterior. Outro evento muito importante para o fenômeno das ONGs foi também o ECO-92, que contribuiu em prol da articulação dessas organizações, o que resultou na construção de um Fórum Global. Dessa forma, os espaços construídos no Fórum representaram um momento decisivo na reconstrução da identidade das organizações sociais, com vista a consolidar suas direções (LANDIM, 1993).

Com objetivo de esclarecer essa contextualização histórica do desenvolvimento do terceiro setor no Brasil, desde suas primeiras manifestações até a atualidade, foi realizado um quadro destacando-se os principais elementos para debate com base nos documentos da AS/GESET RELATO SETORIAL (2001), como se pode ver a seguir:

**Quadro 1 – Linha do tempo do terceiro setor no Brasil**

Período	Marco histórico	Principais características
Brasil Colônia (1543)	Origem da Santa Casa de Misericórdia de Santos.	Primeiras ações voltadas para área da saúde e educação vinculadas à Igreja Católica. Essas ações eram tidas como “voluntárias”, permeadas por valores e pela caridade cristã, evidenciando a

		noção de filantropia.
Brasil Império	Instituições e associações de assistência, como colégios católicos, asilos, orfanatos e as Santas Casas.	Esse período é caracterizado pela continuidade das ações desde o período da colonização portuguesa, com a realização corriqueira de ações voluntárias permeadas por valores cristãos e da caridade.
Estado Novo (1935-1938)	Regulamentação das entidades do terceiro setor no governo de Getúlio Vargas.	O Estado passa a formular e implementar políticas sociais e conta com a parceria de ONG's. Por isso, é promulgada, em 1935, a lei que declara utilidade pública para estas entidades. Em 1938, é criado do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) que estabelece critérios para que as entidades inscritas neste, pudessem receber subsídios do governo.
Ditadura Militar (1964-1985)	Intensificação da mobilização da sociedade civil.	Nesse período, ocorre uma intensa mobilização da sociedade com a união de segmentos sociais: dos movimentos sociais, das organizações de caráter filantrópico e assistencial, buscando e cobrando melhoras.
Pós Constituição 1988/90	Ascensão do neoliberalismo e nova configuração das organizações do terceiro setor na sociedade.	Diminuição da intervenção do Estado nas expressões da questão social. Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital, expressando o sucateamento das políticas públicas e a refilantropização das problemáticas sociais.

Fonte: AS/GESET RELATO SETORIAL, 2001.

A reforma do Estado, a partir da década de 1990, reduziu a produção de bens, como já citado, através de um conjunto de ações que privatizaram e limitaram a regulação econômica. O modelo gerencial proposto para aderir à agenda neoliberal foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), nesse contexto:

[...] as políticas sociais brasileiras foram submetidas às orientações do PDRE – privatização, terceirização e publicização – se distanciaram de sua tendência universalista assegurada na Constituição. A década de 1990 marcou a abertura da política neoliberal no país, e a política social assumiu a condição subalterna diante das orientações do capital. Mercantilizou os serviços sociais, num processo de desresponsabilização do Estado, e como estratégia, fortaleceu a presença do terceiro setor na promoção das políticas sociais (SILVA, 2013, p. 72).

Na época, Bresser Pereira, ministro do governo de FHC, propôs uma publicização dos serviços das organizações do terceiro setor, que através de contratos instituídos com o governo. Passariam a executar o que antes era responsabilidade do Estado.

[...] uma perspectiva conservadora do papel das OSCs foi ganhando força na sociedade brasileira: uma visão neoliberal instrumental das organizações que substituíram setores estatais na prestação de serviços públicos. Ao mesmo tempo em que o Estado era reduzido, por meio das privatizações e desregulamentações, parte de suas atribuições na prestação de serviços públicos era transferida para a iniciativa privada e para as organizações da sociedade civil (ABONG, 2012, p. 7).

De um lado, intensas privatizações e redução do papel do Estado nas políticas sociais; de outro, o expressivo crescimento das organizações que compõem o terceiro setor. Nesse direcionamento, os direitos sociais, garantidos pela Constituição de 1988 com as políticas da Seguridade Social passam a ser focalizadas e seletivas, configurando uma nova roupagem ao acesso às políticas.

[...] as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória; enquanto avançam a mercantilização e a privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento a desigualdade social, na medida em que se transforma como principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2010, p. 133).

Quanto as formas de legitimação dessas organizações, Montanõ (2010) destaca algumas leis e decretos, tanto antigas quanto atuais, que direta ou indiretamente, regulamentam a constituição e reprodução dessas entidades. O autor destaca: Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que reconhece como utilidade pública as sociedades civis, associações e fundações, constituídas no país, com o fim exclusivo de servir à coletividade; Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, considerado atividade não remunerada exercida por pessoa física e entidade pública. Além disso, a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e institui o termo parceria.

Na atualidade, há uma nova configuração legislativa para as organizações do terceiro setor. Trata-se do Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, fundado através da Lei 13.019/2014 e posteriormente alterado para Lei 13.205/2015, trazendo importantes mudanças para a formalização de parcerias entre as ONG's e o Estado. Na legislação, apresenta o conceito legal de organização da sociedade civil, a saber:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:  
I – Organização da sociedade civil:



a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (incluído pela Lei nº 13.204, de 2015). (BRASIL, 2014).

O MROSC foi uma iniciativa da Secretaria de Governo da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Planejamento e outros órgãos da Administração Pública Federal. Seu principal objetivo é fortalecer a relação entre a administração e as organizações da sociedade civil, tendo em vista que assegura no âmbito jurídico o trabalho realizado pelas organizações. Na figura 1 apresenta-se as características que o governo federal, na época, fomentou diante da sua relação com essas instituições, uma vez que esse Marco se apresenta como parte de um projeto estratégico do governo para “suprir lacunas deixadas pela legislação anterior”.

**Figura 1** – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.



Fonte: Brasil/GOV, 2016.

Antes das MROSC, existiam diferentes instrumentos que formalizavam as parcerias entre Estado e sociedade civil. Com o Novo Marco, as parcerias são estabelecidas por meio do Termo de Fomento e o Termo de Colaboração (MENDOÇA E FALCÃO, 2016). O Termo de Colaboração refere-se ao plano de trabalho proposto pela administração pública, já o Termo de Fomento é o plano de trabalho proposto pela organização da sociedade civil.

Essas leis, historicamente, contribuem para a regulação das entidades e legitimam a transferência de recursos do público para o privado. Essa transferência do público para as organizações que compõem o terceiro setor vai ser amparada, inclusive, por legislações mais abrangentes, como a seguinte:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso VI, alínea c, estabelece a isenção de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos. O decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, regula essas isenções fiscais, beneficiando entidades sem fins lucrativos que promovam atividades com fins culturais, científicos e assistenciais; A Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, altera os dispositivos anteriores para isenção de contribuição à seguridade social, dirigidos a entidades filantrópicas. O decreto nº 2.532, de 6 de abril de 1998, dispõe sobre a concessão do certificado de entidade de fins filantrópicos, alterando posteriormente pelo decreto nº 3.504, de 13 de junho de 2000 (MONTAÑO, 2010, p. 204).

Na análise crítica das MROSC, Dora (2013) aponta alguns aspectos acerca desse Marco apresentar como uma manutenção de um viés burocrático na elaboração das parcerias. Segundo a autora, o MROSC não rompe com a lógica burocrática-formal que prevalece hoje nos convênios. Uma outra crítica é o aumento das exceções ao chamamento público, promovido pela Lei nº 13.204/15.

Esse novo texto trouxe duas hipóteses de dispensas do chamamento público. Essa flexibilização da legislação, apesar de ofertar maior autonomia as OSCs, pode contribuir para priorização dos interesses corporativos, dificultando o combate a corrupção no espaço. Portanto, segundo Kirkorff (2014) a nova legislação não foi capaz de atender as necessidades do setor, visto que, como prevê a lei, apenas as organizações que firmam o termo de fomento e colaboração têm a oportunidade de receber o subsídio governamental.

## 2.2 O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Historicamente, o Serviço Social brasileiro se constituiu como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica do trabalho e no quadro do desenvolvimento das relações sociais no sistema capitalista (IAMAMOTO, 2014). Ou seja, surge como resposta das classes dominantes, em especial à Igreja Católica, as expressões da questão social na sociedade. Para compreender melhor essa citação, voltaremos a emergência da profissão no país para discutir condições centrais desse surgimento.

Na década de 1929, ano da crise do comércio internacional, que causou a quebra da bolsa de valores de Nova York, ocorreram importantes impactos na sociedade como um todo.

O Brasil, nesta época, era eminentemente agroexportador, onde o café era o componente principal da exportação do país. No mesmo período, com objetivo de substituir as importações, o país passa a investir em extração de açúcar, iniciando sua industrialização interna.

Assim, o Brasil transfere-se de um país agroexportador para também um país que investe na indústria. No entanto, as condições de vida e trabalho da classe operária eram degradantes. Os operários moravam em condições hostis, ambientes propícios para doenças e com a ausência de aspectos necessários a própria sobrevivência.

Consequentemente, com salário extremamente pequeno será impossível que o trabalhador tenha condições para investir em educação ou cultura. Isso ficará a cargo da caridade e filantropia. Em meio a tudo isso surge a necessidade da classe trabalhadora de unir-se, organizar-se em prol de melhores condições de vida. Surgem por exemplo, mediante esta necessidade, as Ligas Operárias que vão dar origem aos Sindicatos e as Sociedades Resistência. (BEZERRA, 2013, p. 153)

No entanto, isso representou um perigo à ordem capitalista da época e essas manifestações eram duramente reprimidas com perseguições. No intuito de controlar essas entidades, em 1925 é criado o Conselho Nacional do Trabalho e, logo em seguida, em 1926, são aprovadas leis de proteção ao trabalho, como a lei de férias, o código de menores, o seguro-doença etc.

Assim, o Serviço Social nasce com intermédio da Igreja Católica, na década de 1930 com o processo de industrialização e urbanização do Brasil. Vai atuar, inicialmente, como mediador das insatisfações da classe operária, aliando-se aos interesses da classe burguesa (burguesia, igreja e oligarquias cafeeiras). Nessa relação com o ideário católico, a profissão vai imprimir um:

[...] caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. Numa perspectiva de intergeração e ajustamento à sociedade. (YAZBEK, 2009, p. 145)

Com isso, é evidente o caráter moralizador e doutrinário da prática profissional do assistente social em seu surgimento no Brasil. Dessa forma, com o desenvolvimento da era dos monopólios, “a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas “políticas sociais” (NETTO, 2011, p. 74). O Estado assumiu, então, o papel regulador da condução das políticas econômicas e sociais do país, ao mesmo tempo em que a questão social foi a “matéria-prima” que justificou a constituição do espaço profissional do Serviço Social.

Esse é o período da chamada “institucionalização” da categoria profissional, sendo protagonista dos ditamos do Estado, o qual amplia sua presença na gestão do controle social,

visando estratégias para garantir a reprodução da força de trabalho, atendendo, por partes, à algumas demandas impostas pelos trabalhadores. Nesse cenário, o Serviço Social media as relações entre Estado/Trabalhadores e dimensiona sua atuação, se afastando da concepção de que as assistentes sociais interviam apenas no bloco católico.

Essa nova configuração à profissão vai caracterizar uma aproximação da categoria com uma tentativa de tecnificação da prática através da influência positivista. Assim, na década de 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro sofre influência de uma tecnificação do trabalho profissional, pautado nas correntes norte-americanas tendo como principal marca o tecnicismo, a psicanálise, em conjunto com a base positivista e funcionalista/sistêmica.

A partir da década de 1960, com expressivas mudanças econômicas, sociais e políticas no contexto latino-americano, o Serviço Social passa por um período de questionamento e inquietações em diferentes níveis da esfera profissional, compreendendo as dimensões de intervenção do assistente social na época. Esse movimento é caracterizado como “Movimento de Reconceituação” e impôs aos assistentes sociais:

[...] a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo desse movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica, a teoria social de Marx. (YAZBEK, 2009, p. 148).

Porém, com os Golpes Militares que instituíram ditaduras na América Latina, esse processo de reconceituação é retardado. É apenas a partir da década de 1970 que o debate e a produção intelectual do Serviço Social passam a se aproximar da atual vertente, que diz respeito à intenção de ruptura e “remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx (YAZBEK, 2009, p. 149).

Essa aproximação vai permitir atribuir ao Serviço Social um significado coletivo, condicionado às relações sociais no sistema capitalista no processo de desenvolvimento do capitalismo. É partindo dessa compreensão, que é possível entender a inserção do assistente social no espaço das ONG's. Esse contexto, antes de aprofundarmos o debate, é o contexto da reestruturação produtiva, da contrarreforma do Estado e do início da concretização da agenda neoliberal no Brasil.

Como mencionado com cautela na discussão anterior, a década de 1970 é o contexto que marca o início da crise capitalista e a reestruturação produtiva, o que vai redimensionar as relações entre Estado e sociedade. Com o novo padrão de acumulação, novos parâmetros são

colocados no contexto da sociedade e, a partir da década de 1990, com o neoliberalismo, há um afastamento do Estado às questões relacionadas a problemas da sociedade civil.

Para Yamamoto (2001, p. 126) o Estado estabelece, nesse contexto, uma parceria com as ONG's, onde o Estado se exime das responsabilidades com as políticas sociais e estabelece um novo interesse diante dessas instituições. Assim, o que se tem atualmente é um:

[...] crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não Governamentais, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais em áreas como família, habitação, criança e adolescente, educação, violência, relações de gênero, etc. Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando a ampliação do quadro de funcionários públicos.

Com o governo de FHC, há uma espécie de “readequação” da Constituição Brasileira para que esta atenda às necessidades do capital, subordinando os princípios da Constituição de 1988 às orientações do FMI, BM, OMC e aos postulados do Consenso de Washington (MONTAÑO, 2010, p. 45). De acordo com o então ministro Bresser Pereira, para que a governa do aparelho estatal fosse capaz de apresentar mais eficiência, era necessário “publicizar” os serviços não exclusivos do Estado em propriedade pública, tornando-as organizações sociais.

Nesse cenário, instituiu-se o programa Comunidade Solidária, organizado pela primeira dama e acompanhado pela privatização dos âmbitos sociais, “a partir da transferência de sua responsabilidade do Estado para o mercado ou o chamado “terceiro setor” (MONTAÑO, 2010). Esse programa foi o de maior destaque nas ações sociais do governo de FHC e caracterizou pelo “forte apelo à solidariedade e ações sociais descompassadas, que reitera práticas de assistência social ainda não superadas, no campo da não política, cujo pretexto é chamar a sociedade à participação em torno do controle social e da gestão de serviços sociais” (SILVA apud MONTAÑO, 2019, p. 71).

Nesse mesmo período, já havia sido promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Apesar disso, sua implementação foi lenta, e o programa Comunidade Solidária se destacou em detrimento da política de Assistência Social, que não foi uma prioridade no governo de FHC.

É nesse contexto que os/as assistentes sociais passam a enquadrar as organizações da sociedade civil como um novo espaço sócio-ocupacional. Espaço este pautado pela correlação de forças sociais, onde se assume um caráter de refilantropização das expressões da questão social. Porém, é importante ressaltar que o assistente social vende sua força de trabalho e por mais contraditório que seja sua atuação nesse espaço, é o meio de garantir o seu trabalho no trato com as diversas manifestações da questão social. Sendo assim, o assistente social como trabalhador assalariado “[...] participa de complexas mediações, do circuito do valor e/ou

valorização do capital, subsumido a mecanismos de exploração, dominação e alienação.” (RAICHELIS, 2016, p. 26). Então, o trabalho e, por isso, a análise sobre o assistente social em entidades e organizações sem fins lucrativos é uma tarefa complexa.

De modo geral, o contexto neoliberal imprime uma concepção negativa do trabalho do assistente social no terceiro setor. Isso porque, com a descentralização administrativa, a centralização e privatização das políticas sociais e direcionando as respostas das expressões da questão social ao terceiro setor, tem-se um aumento no nível de desemprego profissional e um agravamento das condições de emprego/subemprego (MONTAÑO, 2002).

No cenário neoliberal, uma característica marcante nas relações de trabalho do assistente social em seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais é a precarização do trabalho. Essa precarização se expressa por meio da subcontratação, terceirização, desregulamentação dos direitos trabalhistas, jornadas e salários flexíveis, espaços de trabalho precarizados, entre outras coisas.

[...] no contexto de focalização, descentralização e precarização das políticas sociais, à clara precarização das condições de trabalho do assistente social, sua terceirização e/ou substituição por agentes de menor preparo e salários mais baixos (ou voluntários), precarizando/reduzindo as demandas por assistentes sociais (MONTAÑO, 2002, p. 249).

Sendo um profissional sujeito às tendências do mercado de trabalho, o assistente social está submetido a condição de assalariamento e, como a classe trabalhadora, esse contexto impacta diretamente o espaço ocupacional dos assistentes sociais, introduzindo demandas, requisitos de qualificação e atribuições profissionais.

Quando o tópico traz “o trabalho dos assistentes sociais” é pertinente citar que, como a profissão está inserida na dinâmica capitalista e, portanto, submetida a luta de classes, o seu trabalho vai estar pautado em duas dimensões contraditórias, sendo em condições:

**Objetivas:** no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas.

**Subjetivas:** no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. (YAZBEK, 2009, p. 128).

O trabalho profissional do assistente social é tensionado, ao mesmo tempo, pelas determinações da condição de assalariamento e do projeto profissional construído coletivamente. Ou seja, o seu trabalho é submetido à condição de trabalho assalariado e conseqüentemente ao poder dos seus empregadores, o que vai restringir a sua autonomia.

O(a) Assistente Social afirma-se como um trabalhador(a) assalariado, que vende sua força de trabalho no mercado, não dispondo dos meios e condições para efetivação

do seu trabalho que, em parte, são oferecidos pelos empregadores. É parte integrante da classe trabalhadora que vivencia toda essa mistificação e invisibilidade do trabalho, produzida pela sociabilidade burguesa. (SILVA, 2019, p. 111).

Como visto, o assistente social tem uma autonomia restrita nos espaços. O que vai se caracterizar pela “autonomia relativa” do profissional, que também está mediada pela luta de classes. Essa autonomia relativa é a “[...] tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar seu trabalho” (IAMAMOTO, 2014, p. 424).

Como visto, essas particularidades do trabalho profissional do assistente social vão se fazer presentes nos espaços das ONG’s. Em sua maioria, essas organizações constroem projetos institucionais muitas vezes desvinculados da dimensão ético-política do profissional de Serviço Social. Pois, de acordo Montañó (2002) o vínculo contratual do assistente social nas ONGs, apontava, em suas primeiras manifestações, para a existência de uma multiplicidade de contratos e para uma instabilidade profissional nas organizações. Entre 1991 e 1996 houve um expressivo número de demissões, evidenciando o potencial nível de rotatividade desse setor (MONTANÕ, 2002).

Mencionada anteriormente, a dimensão ético-política do assistente social é constituída pelo Código de Ética de 1993 que representa o “enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional” (CFESS, 1993). Com a regulamentação profissional (Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993), os assistentes sociais passam a ter atribuições específicas e competências profissionais para atuar também no terceiro setor.

Tudo isso está materializando um projeto profissional, o qual se apresenta como uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais vinculadas aos rumos da sociedade e transformação ou perpetuação de uma ordem social. Refere-se ao Projeto Ético Político do Serviço Social, que deixa explícito em seu núcleo:

[...] o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104).

Assim, o trabalho do assistente social no espaço das ONG’s caracteriza-se pelo intenso desafio na consolidação com Projeto Ético-Político pela contradição do espaço sócio-ocupacional. O trabalho do assistente social “passa a ter, portanto, sentidos e resultados

distintos, o que altera o significado social do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência”. (ALENCAR, 2009, p. 458).

No entanto, sua atuação no espaço é inquestionável, pois, por ser uma das profissões que intervém no processo de reprodução social no espaço das lutas entre as classes, o profissional de Serviço Social configura em seu trabalho e nas demandas o atendimento às necessidades da classe trabalhadora, e as ONG's representam um espaço fadado a reproduzir expressões da questão social.

Diante disso, na atualidade, os assistentes sociais estão sendo demandados para atuar nesses espaços a partir da gestão de programas sociais, no plano da gerencia desses programas, o que requer do assistente social o domínio de conhecimentos e saberes especializados no campo das:

[...] legislações sociais correntes, numa atualização permanente; análises das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações obtidas, no sentido de estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação; leitura dos orçamentos públicos e domínio de captação de recursos; domínio dos processos de planejamento e a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais. (ALENCAR, 2009, p. 13)

Nessa intervenção, o profissional de Serviço Social desenvolve suas atividades em diversos âmbitos, geralmente vinculados à defesa de direitos. Por exemplo, há um acentuado número de ONGs que articulam sua atuação com a assistência e promoção social, defesa dos direitos legais, assistência à saúde, dentre outros.

Portanto, um estudo acerca do trabalho do assistente social nas organizações não governamentais nos faz refletir sobre as implicações que envolvem o trabalho profissional nesse novo espaço sócio-ocupacional. Assim, como uma atividade que tem sua efetiva inserção nos processos de trabalho construídos historicamente, verifica-se o jogo de forças em busca de hegemonia.

Trata-se de refletir sobre as relações constituídas no Estado neoliberal e como as condições estruturais desse modelo impactam o exercício profissional dos assistentes sociais, bem como suas respostas às demandas cotidianas, traduzindo algumas peculiaridades nas condições (objetivas e subjetivas) da intervenção profissional. Nesse sentido, discutiremos a seguir as especificidades da atuação do assistente social em uma organização que compõem o terceiro setor.



### 3 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG NAVE EM SÃO LUÍS/MA

A ONG NAVE (Organização em prol da Natureza, Arte, Vida e Educação) é uma organização que compõe o terceiro setor, sem fins lucrativos e pessoa jurídica de direito privado. Foi fundada em 2007, por articulação de duas grandes protagonistas da defesa de direitos humanos no Maranhão.

A NAVE atua desde 13 de maio de 2007, na realização de atendimentos de saúde holística e em mutirões de ações sociais. Em 2012, passou a desenvolver projetos de geração de renda, com destaque ao projeto Reciclando Vidas, que tinha por objetivo gerar renda para mulheres em situação de vulnerabilidade, a partir da confecção de produtos através de papel reciclado.

Entre 2014 à 2019, os principais projetos realizados pela organização foram: Integrando Vidas; Comunidade Sustentável; IX Semana Maranhense de Dança; X Semana de Teatro do Maranhão; Natal de Todos Nós; Arte na Nave; Hortas que valem I, II e III; Costuras e Sonhos; Tecendo Saberes; Sitinho Empreendedor; Projeto de Convivência Segura com a Linha de Transmissão da Vale; São João da Gente; Vivendo o Circo Escola, dentre outros.

Alguns desses projetos supracitados fazem parte de uma atuação da VALE S.A para gestão de impactos e relacionamento com as comunidades, onde a corporação ocupa parte do território e causa grandes impactos ambientais, seja em áreas ferroviárias ou em áreas portuárias.

Em uma perspectiva crítica, sabe-se que essas corporações impactam diretamente o modo de vida de pessoas que vivem em comunidades do entorno. A NAVE tem parceria com a VALE, mas compreende que a responsabilidade socioambiental da empresa é necessária, não em um caráter compensatório, mas como vias de estruturar alternativas em prol da responsabilidade socioambiental e da relação com a comunidade.

Como missão, a NAVE e seus parceiros buscam contribuir para o desenvolvimento pleno da cidadania, visando ao desenvolvimento integral dos indivíduos e a construção de uma sociedade sustentável. Assim, com o estímulo contínuo de engajamento, a ONG atua diretamente com parcerias público/privado e com a integridade de suas ações.

A NAVE [...] desempenha suas atividades de forma inovadora, na gestão – é reconhecida por sua grande capacidade de execução e alta qualidade de entrega – e na prática cotidiana, desde o cuidado com as pessoas e o ambiente organizacional, se empenhando em práticas que promovem a agroecologia, as artes, a cultura, a saúde natural e integral, a assistência social, a educação e a promoção da igualdade de gênero, como elementos primordiais na realização de projetos sociais, de geração de renda, de assessoria e produção cultural (NAVE, s/p)

Na elaboração de projetos, concretiza-se serviços, ações sociais e manifestações em diversos eixos, tais como: agroecologia, saúde natural e integral, educação, empoderamento de mulheres, arte e cultura, dentre outros. Para com a sociedade, empenha-se em promover qualificação voltada para geração de renda nas comunidades, estímulo de práticas integrativas da saúde, contribuir para a emancipação das mulheres, promoção da arte e cultura popular e estímulo ao fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.

Além disso, a NAVE atua embasada na política de assistência, especialmente, na proteção social básica, conjunto de serviços e projetos da assistência social, visando articular projetos que visem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação de situações de vulnerabilidade e risco social.

[...] a política de atenção primária em saúde também nos norteia, por ter por objetivo a orientação sobre a prevenção de doenças e qualidade de vida como forma de existência dos indivíduos na visão holística dos seres vivos, por meios de práticas integrativas de saúde. [...] atuamos na política nacional de direitos para mulheres, construindo sua autonomia econômica e social, buscando ampliar a inserção de mulheres no mundo de trabalho, com geração de renda e olhar para o empreendedorismo social (NAVE, s/p).

Seus convênios se dão a partir de editais e/ou chamadas públicas, orientadas pela Lei nº 13.204/15, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Art. 1 Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRASIL, 2015).

Essa é a lei vigente que media as relações Estado/Organizações da sociedade civil. Nela, estão normas e princípios que possam regular as ONGs aptas a receberem a parceria do governo. É a partir dela que a NAVE estabelece seus convênios públicos e intensifica a captação de recursos para os projetos sociais desenvolvidos.

A organização desenvolve seu trabalho na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, no Nordeste do Brasil. A capital é localizada em uma ilha, com mais três municípios: São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. A população estimada de São Luís é de 1.115.932 pessoas (IBGE, 2021).

A realidade social do município possui particularidades intensas de expressões de vulnerabilidade social, visto que o Maranhão é o estado com mais pessoas vivendo na miséria, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em dados divulgados em 2019. De acordo

com os últimos dados divulgados pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado lidera o ranking de brasileiros vivendo em extrema pobreza: um em cada cinco maranhenses, um total de 1,4 milhões de pessoas. É justamente sob essas expressões que a organização atua, implementando projetos em comunidades, bairros com altos índices de violência ou impactos no cotidiano das relações comunitárias.

No que se refere à atuação do assistente social na organização, foram desenvolvidas sistematizações da entrevista semiestruturada com a profissional que compõe o quadro de atuação e desenvolvimento de projetos da ONG, bem como apreensões de características e particularidades de seu cotidiano profissional. Essa sistematização está ligada essencialmente aos elementos determinantes no trabalho do assistente social na ONG, a configuração do Estado no trato das expressões de seu objeto de trabalho, a questão social, além da análise sobre os desdobramentos de sua atuação profissional.

Para a profissional, a importância do assistente social nas organizações que compõem o terceiro setor é notória a partir das próprias demandas que emergem no cotidiano das ONGs, isso porque o desenvolvimento do trabalho do profissional incide na defesa e garantia de direitos fundamentais inerentes ao ser humano. Sendo assim, sua atuação nesse espaço sócio-ocupacional estará mediada por conflitos e interesses de classes, mas vinculada ao trato das expressões da questão social.

É importante refletir sobre isso porque sabemos que, apesar do profissional defender uma concepção política e se direcionar em defesa da classe trabalhadora, quando pensamos o trabalho dos assistentes sociais, devemos levar em consideração também os mecanismos institucionais, estes impostos pela própria instituição.

O assistente social atua nesse espaço sócio-ocupacional, que é dinâmico, contraditório e processual, mediante a mediação como uma estratégia capaz de refletir sobre o real, inserido na correlação de forças antagônicas entre as demandas impostas pelo capital e pela classe trabalhadora, presentes no cotidiano profissional do assistente social como possibilidade de imprimir uma direção à sua prática profissional (IAMAMOTO, 2003).

Ou seja, para a profissional inserida no âmbito, compreender essa conjuntura crítica acerca do seu espaço de trabalho e intervenção, é ultrapassar a superficialidade de análise e constatar as múltiplas e gritantes contradições presentes na contemporaneidade, as quais exigem um profissional “[...] que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 2003, p. 49).

Para o trabalho do assistente social nessas organizações fluírem, de acordo com as normativas da ética profissional, existe a necessidade da existência de uma estrutura física

digna, que possa propiciar as condições éticas e técnicas para o exercício profissional, conforme estabelece a Resolução CFESS N° 492/2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade das consecutivas condições de espaço físico para o atendimento aos usuários:

**Art. 2°** O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características físicas:

- a - iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b - recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c - ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechados.

Dessa forma, a assistente social relata que possui condições éticas e técnicas na organização e consegue desenvolver seu atendimento aos usuários com qualidade de atendimentos individuais e coletivos. No entanto, a maioria dos atendimentos são coletivos, devida a organicidade dos projetos e as diversas pessoas envolvidas nos projetos desenvolvidos pela NAVE. Apesar de se apresentarem majoritariamente demandas nos projetos, caso ocorra de atendimentos individuais, a profissional de Serviço Social afirma seu compromisso com a garantia do sigilo profissional.

Nesse sentido, o cotidiano profissional do assistente social na ONG NAVE envolve a elaboração dos projetos em vários eixos, como: educação, empoderamento feminino, arte e cultura, saúde integral, dentre outros. Atua diretamente com no processo de elaboração, execução e avaliação dos projetos que se desenvolve no âmbito da organização e estabelece o plano de demandas e prioridades a serem respondidas. Assim, buscando estratégias profissionais eficazes, a assistente social orienta sua intervenção diante dos propósitos em defesa da classe trabalhadora, seus usuários, visando condicionar a efetiva defesa do caráter ético-político profissional.

As maiores demandas que existe dos usuários que a NAVE acompanha em seus projetos desenvolvidos, giram em torno da geração de trabalho e renda e sustentabilidade, como afirma a assistente social da organização:

Uma das nossas maiores demandas é justamente a ausência de renda e trabalho para alguns usuários que querem participar dos nossos projetos. Muitas dessas pessoas estão em situações de vulnerabilidade econômica e solicitam-nos possibilidades de prover e auxiliar na própria manutenção de suas sobrevivências, visto que muitos deles não possuem condições básica de moradia, alimentação, dentre outros (assistente social da NAVE).

Alguns projetos que se pode destacar a atuação do assistente social são: Costuras e Sonhos, Sitinho Trançando Arte e Tecendo Saberes. O Costuras e Sonhos é um projeto social que se desenvolve na comunidade Jacu, localizada nas proximidades da Vila Maranhão, na

zona rural de São Luís. Nesse projeto se produz artigos reutilizáveis de recursos naturais, como o algodão. É no processo das oficinas socioeducativas, socioambientais, de empreendedorismo social e criativo que o profissional se insere, junto de uma equipe multidisciplinar.

No Sitinho Trançando Arte, realizado na mesma localidade do anterior, Vila Maranhão, o foco é a produção de artigos feitos manualmente a partir da palha e fibra de buriti. Nesse projeto se tem uma peculiaridade importante. A produção é feita eminentemente por mulheres em situação de vulnerabilidade social. A assistente social da ONG por meio do processo socioeducativo contribui para o fortalecimento da concepção de empoderamento feminino, da autonomia, da autoestima das mulheres envolvidas no projeto.

Já o projeto Tecendo Saberes, é desenvolvido na Vila Embratel, uma comunidade localizada no entorno da área industrial de São Luís, situada entre a barragem do Bacanga e área rural de São Luís. Nas atividades desenvolvidas, a confecção de produção em crochê voltados para as tendências da moda são majoritariamente a produção do projeto. A inserção do profissional de Serviço Social se dá através de instrumentos de reflexão, oficinas e de debates constantes.

Quanto às competências e atribuições que orientam o trabalho da profissional, destaca-se que esta compromete seu exercício profissional à afirmação de suas normativas éticas, vinculadas a defesa do seu Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação Profissional.

O Código de Ética de 1993 é um marco na trajetória da profissão. Em seus artigos encontramos princípios e valores determinantes para o “enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional” (CFESS, 1993).

Quanto à normativa que ampara sua regulamentação profissional, a Lei nº 8662/93, nos artigos 4º e 5º, destaca sobre as competências e atribuições privativas da profissão. No art. 4º constitui as competências da categoria:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado)
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993, p. 3-4).

E o art. 5º que dispõe sobre as atribuições privativa do assistente social:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos do Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993, p. 4).

Aliado ao Código de Ética e a Lei de Regulamentação Profissional, o assistente social da ONG NAVE também direciona sua intervenção às normativas éticas da organização, ressaltando a importância da responsabilidade social diante dos projetos e da defesa aos direitos fundamentais dos indivíduos. De acordo com Barroco (2008, p. 25):

[...] o Código também trata de dimensão prática-operativa tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos sociais e dos mecanismos democráticos de regulação. [...] aponta para as determinações da competência ético-política profissional; ela não depende somente de uma vontade política e da adesão de valores, mas a capacidade de torna-los concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais.

A partir disso, percebe-se que a assistente social da ONG NAVE compreende que o Código de Ética do Serviço Social é um instrumento necessário para balizar suas intervenções profissionais, sendo uma forma de respaldar sua atuação e fortalecer seu exercício profissional consonante a seu caráter ético-político. Ademais, contribui também para com os cuidados em realizar os diagnósticos socioeconômicos, que fazem parte do cotidiano do assistente social da organização, prevendo o sigilo profissional e resguardando as informações, na perspectiva de contribuir e mobilizar os direitos para os usuários de uma forma justa e ética.

Além disso, foi possível observar que a assistente social articula sua atuação diante da dimensão jurídico-política, assegurando defender as principais legislações sociais, tais como o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional do Idoso, as legislações da profissão (Resoluções, etc.), dentre outros.

Além disso, a profissional destaca a necessidade de uma articulação entre sua atuação e o Projeto Ético-Político da profissão, o qual é fruto de aliança com a classe trabalhadora, afirmando a defesa política, o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, a socialização da riqueza, recusa de todas as formas de discriminação e a defesa intransigente dos direitos sociais. Quanto aos compromissos desse projeto, podemos destacar:

O reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1996, p. 15).

Partindo dessa análise, podemos compreender os desafios constantes da atuação do assistente social, o qual deve reafirmar cotidianamente uma intervenção pautada nesses compromissos propostos no PEPSS, bem como questionar as problemáticas sociais e construir coletivamente meios para contribuir diante das nefastas estruturas do capitalismo.

Portanto, a coleta dos dados nos possibilitou uma ampla análise acerca das particularidades do assistente social no seu espaço de atuação na ONG NAVE, bem como identificar as condições de trabalho do profissional, as competências e atribuições do exercício profissional, os principais projetos desenvolvidos pelo profissional, a relação da organização com a consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social, além dos avanços que o assistente social promove através de sua atuação na organização.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno das organizações do terceiro setor é recente, polemico e marcado por debates profundos acerca da sociedade civil via a centralidade das lutas de classes (visto que ela é colocada como homogênea) e o desenvolvimento de uma refilantropização das estratégias de enfrentamento às expressões da questão social.

Entretanto, verificamos a partir da discussão do estudo que toda essa lógica é apoiada pelo funcionalismo da ideologia neoliberal. Ela foi estruturada a partir do próprio reordenamento capitalista, do voluntariado, da solidariedade e da responsabilidade social.

Nessa configuração, com enfoque nas ONGs, demandasse o profissional de Serviço Social e uma “refuncionalização de procedimentos operacionais, que também determinam um rearranjo de competências técnicas e políticas” (MOTA E AMARAL, 1998, p. 25). Ou seja, um espaço sócio-ocupacional que vai demandar exigências para a profissão e, necessariamente, para a defesa dos direitos sociais, agora vinculados à ideia de bem-estar.

Nesse sentido, no presente estudo buscou-se apreender a essência de uma análise crítica, a partir da concepção marxista, da realidade das ONGs alicerçada à atuação do profissional de Serviço Social nesses espaços. Durante todo o desenvolvimento do projeto, excluiu-se qualquer anseio de neutralidade, por entender que conhecimento é construção contínua e embate de posições ideológicas.

O Serviço Social tem um direcionamento em defesa da classe trabalhadora e através da teoria social crítica. Assim, foi possível desenvolver um debate com criticidade da realidade estudada, apoiada a elementos teóricos imprescindíveis para compreender o fenômeno dessas organizações e a inserção do assistente social no espaço.

O intuito dessa análise, portanto, buscou evidenciar os elementos específicos da atuação do profissional de Serviço Social no seu cotidiano e exercício profissional no espaço da ONG NAVE. Através da coleta de dados, do diálogo teórico existente com os dados empíricos e do direcionamento crítico, foi possível concluir que o assistente social intervém no processo de reprodução de um sistema contraditório, que tende a presenciar uma particularidade de sua mediação na sociedade.

No entanto, se faz necessário para intervir diante das demandas presentes no espaço da ONG afim de contribuir para o processo de efetivação de seu trabalho no âmbito da sociabilidade humana, junto e aliado da classe trabalhadora. Foi possível vislumbrar, ainda, a capacidade da intervenção profissional, os instrumentais, a perspectiva social crítica que orienta



a intervenção do assistente social e sua relação com as dimensões de sua instrumentalidade profissional.

Logo, é necessário evidenciar que este trabalho não teve por intuito esgotar as discussões que envolvem a atuação do assistente social no terceiro setor, particularmente na ONG NAVE, e nem busca terminar reflexões sobre essa temática. Trata-se de uma análise importante, mas não totalitária e, portanto, base de estímulo para a produção de ciência crítica no Serviço Social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONG. **Acesso das organizações de defesa de direitos e bens comuns aos Fundos Públicos Federais**. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/plataforma-mais-brasil/ajuda/manuais-e-cartilhas/estudo-acesso-das-organicoes-de-defesa-de-direitos-e-bens-comuns-aos-fundos-publicos-federais>. Acesso em: set. 2021.
- ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Mod. 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.
- ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- AMARAL, Ângela Santana do. A categoria civil na tradição liberal e marxista. *In: MOTA, Ana Elizabete. (Org) O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEZERRA, Clara Almeida. A origem do serviço social no mundo e no Brasil. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais**. UNIT-SERGIPE, v.1, n.3, p.151-156, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.608/98**. Dispõe sobre o trabalho voluntário. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de junho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Brasília/DF: Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de junho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília/DF: Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do Assistente Social em Questão**. 1ª ed ampliada. Comissão de Fiscalização CFESS – Gestão “Tempo de Luta de Resistência” 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social**: coletânea de leis. Natal-RN: CRESS 14ª Região, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução N° 493**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 21 de agosto de 2006.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, Esfera Pública e Terceiro Setor: a dança dos conceitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 81, Ano XXVI, Cortez: 2005.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1999. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Rio de Janeiro, n.3, p.9-32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. A dialética da globalização. *In*: ANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANDIM, L. **A invenção das “ONGs”**: do serviço invisível à profissão impossível. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDOÇA, Patrícia Maria Emerenciano de; FALCÃO, Domenica Silva. Novo marco regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC): inovação ou peso do passado? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 21, n. 68, p. 44-62, 2016. Disponível: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v21n68.56484>. Acesso: set. 2021.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. *In: A nova fábrica de conceitos*. Parte I: A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação de trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade civil”; Estado e “terceiro setor” em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.1).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996.

RAMÍREZ, Juan Bustos. Estado e controle: a ideologia do controle e o controle da ideologia. In BERGALI, Roberto; RAMÍREZ, Juan Bustos (Org.). **O pensamento Criminológico II: estado e controle**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. N. 32 (5) set, 1998.

SILVA, Kleylenda Linhares da. **Condições de trabalho e terceiro setor: implicações contemporâneas para o serviço social**. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Caderno 1; Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em: [https://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB\\_Seges\\_Mare\\_caderno01.PDF](https://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF). Acesso: set. 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. *In: Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 21-134.

APÊNDICE

## APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

- 1 - Qual a importância do Assistente Social nas organizações que compõem o terceiro setor?
- 2 - Como é a sua atuação nesse espaço sócio-ocupacional? Quais as condições éticas e técnicas de trabalho do Assistente Social na ONG NAVE?
- 3 – Em qual política social a ONG NAVE está vinculada e comprometida com a execução?
- 4 – Fale sobre as competências e atribuições de seu exercício profissional na ONG NAVE.
- 5 – Quais atividades (projetos) você desenvolve?
- 6 – Do seu ponto de vista, como é a relação da organização com a consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social? Destaque seus principais desafios cotidianos.
- 7 – Quais as requisições e demandas solicitadas ao Assistente Social pela ONG NAVE e pelos usuários?
- 8 – Quais instrumentos você utiliza?
- 9 – Como você avalia os serviços prestados pela ONG NAVE e quais avanços o Assistente Social promove através de sua atuação na organização?